



ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022

CONTRATO Nº 30/2022

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA DE AQUIDABÃ, E, DO OUTRO, A EMPRESA REIS TRANSPORTES, LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022.

O MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ - SERGIPE, pessoa jurídica de direito público, situado na Avenida Paraguai, nº 1473 - Centro de Aquidabã - CEP: 49.790-000 - Centro de Aquidabã - Sergipe, inscrita no CNPJ. Nº 13.000.609/0001-02, adiante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito o Sr Francisco Francimário Rodrigues de Lucena, brasileiro, casado, maior, residente e domiciliado nesta Cidade, a Empresa **REIS TRANSPORTES, LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob. Nº 08.692.885/0001-49**, localizada à Av. Pedro Paes de Azevedo, nº 488 - Sala 02 - Bairro: Salgado Filho - Aracaju - Sergipe, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador o Sr. Adilson dos Reis, portador do R.G. nº 1.061.031 - SSP/SE e CPF nº 556.728.255-91, têm justo e acordado entre si o presente Contrato para Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DESTE MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ - SERGIPE**, de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Contrato, Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2022 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

O Serviço será efetivado no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

O Serviço de Locação de Veículos para o Transporte Escolar será realizado pelos preços constantes na proposta da Contratada, perfazendo o presente Contrato um valor total estimado de **RS 706.780,00 (Setecentos e Seis mil, Setecentos e Oitenta reais)**, Conforme Anexo I deste Contrato.

§1º - O pagamento será efetuado pela Secretaria de Finanças no prazo de até 30 (Trinta) dias, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Municipal, prova de regularidade perante a



ESTADO DE SEGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

Receita Federal através da Certidão Conjunta, perante o FGTS – CRF e ao Tribunal Superior do Trabalho através da CNDT

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - **Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.**

§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O Serviço de Locação de Veículos para o Transporte Escolar será realizado em um prazo aproximado de **12 (doze) meses**, após assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e em conformidade com Calendário do Ano Letivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O Serviço objeto deste Contrato, será realizado, mediante autorização por escrito do Chefe de Transporte e Secretário Municipal de Educação deste Município de Aquidabã.

Parágrafo Único – O serviço deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual. Ao contrário, exaurido o limite quantitativo antes do encerramento do prazo contratual, a Administração poderá acrescer o objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº. 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento de 2022, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

17024 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2024 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA
FR: 15000000 e 15530000

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.



**ESTADO DE SEGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

- Alocar todos os recursos necessários para se obter uma perfeita prestação de serviços, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato;
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência;
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados;
- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado na realização do serviço;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente



**ESTADO DE SEGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Pregão Eletrônico nº 07/2022 que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, a prefeitura designará o Sr. Jackson Crisóstomo dos Santos, Secretário Municipal de Educação para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, a e b da Lei nº. 8.666/93.

Folha 469Rubrica R

ESTADO DE SERGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

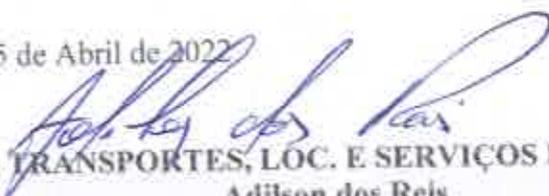
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO (Art. 55, §2º, Lei nº. 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Aquidabã (SE) – 05 de Abril de 2022


PREFEITURA DE AQUIDABÃ
Francisco Francimário Rodrigues de Lucena
CONTRATANTE


REIS TRANSPORTES, LOC. E SERVIÇOS EIRELI
Adilson dos Reis
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- I - myllena Stéfany Andrade Oliveira
- II - Felipe Manoel dos Santos Barbosa



ESTADO DE SEGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

ANEXO I

1 - OBJETO

1.1 - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de **serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino fundamental e de educação infantil**, que residem na Zona Rural e Urbana de Aquidabã/SE, **por preço unitário por Km rodado**, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas indiretas e benefícios, **fornecimento de veículos** devidamente abastecidos, com toda a manutenção corretiva e preventiva inclusa dos mesmos, **além do respectivo motorista**, nas rotas definidas neste termo.

1.2 - Os veículos percorrerão **estradas asfálticas e vicinais**. O contratado deverá respeitar todo calendário escolar, que foi confeccionado pela Secretaria Municipal de Educação.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - Considerando que a Educação é direito de todos e dever também do ente Público Municipal, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e a seu preparo para o exercício da cidadania, conforme estabelece o artigo 205, da Constituição Federal. Considerando que a Educação e a Proteção à infância são direitos sociais assegurados pelo artigo 6º, da CF. Considerando que o gestor deve respeitar as normas contidas na Carta Magna de 1988 e na legislação infraconstitucional e **que a frota municipal não consegue atender em sua totalidade a clientela escolar**, necessário se faz a contratação em questão para garantir o acesso dos alunos de Aquidabã à Educação.

3 - DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência do contrato será de **12 (Doze) Meses**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/1993, se for de interesse da Administração Pública.

4 - DAS CONDIÇÕES/INFORMAÇÕES

4.1 - Caberá à Secretaria Municipal de Transportes a responsabilidade do gerenciamento dos serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas determinadas neste termo e que forem efetivamente utilizadas pelo contratante;

4.2 - Comprovação que a empresa está devidamente cadastrada na Secretaria de Estado de Infra Estrutura (SEINFRA) - DIRETORIA DE TRANSPORTES-DITRANSP/SEDURB Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da sede da licitante ou outro órgão equivalente que possua competência para tal, do qual possua uma outra denominação senão a citada, documento este obrigatório para veículos que trafegarão em rodovia Estadual e /ou Federal, na atividade de transporte rodoviário de passageiros.

4.3 - A Prefeitura de Aquidabã não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação de prepostos da contratada, sendo de inteira responsabilidade desta, qualquer dano causado pela sua atuação a serviço deste Ente, bem como prejuízos causados a terceiros;

4.4 - Caberá à Secretaria Municipal de Transportes exigir a troca de veículos e/ou motoristas que não atenderem aos padrões dos serviços contratados, como por exemplo, bom estado de conservação dos veículos, mecânica, pneus e etc;



ESTADO DE SEGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

- 4.5 – A contratada deve substituir os veículos quebrados ou defeituosos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após a notificação do fato à mesma, providenciando os meios compatíveis para não interromper o objeto da contratação;
- 4.6 – Todos os veículos da contratada, que irão realizar os serviços pactuados, deverão apresentar-se a cada início e término dos trabalhos, no local determinado pelo contratante, sendo expressamente proibida a permanência dos mesmos em locais indevidos e incompatíveis com as suas atividades;
- 4.7 – Todos os empregados da contratada deverão trabalhar sempre fardados e com crachá de identificação;
- 4.8 – A contratada garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, respondendo esta integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas do contratante;
- 4.9 – A empresa contratada, deverá apresentar todos os veículos que serão utilizados para a prestação de serviços de transporte de estudantes, de acordo com as exigências contidas nas normas do Contran (Conselho Nacional de Trânsito e do Código de Trânsito Brasileiro, especialmente, as previstas nos artigos 136, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, 138, incisos I, II, IV e V, 139 e 329, devendo os respectivos certificados ser afixados em cada veículo, bem como uma cópia ser entregue ao fiscal do contrato;
- 4.10 – Considerando o objeto da contratação em questão, é necessária a juntada de **Atestado de Capacidade Técnica**, que comprove desempenho de atividade pertinente e compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio de apresentação de atestado (s) expedido (s), por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante ou de seu proprietário, comprovando a execução de transporte de alunos.
- 4.11 – Os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Aquidabã, sendo de inteira responsabilidade da contratada as obrigações salariais, sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, não cabendo ao Município de Aquidabã quaisquer responsabilidades bem encargos de qualquer natureza;
- 4.12 – Poderá haver sublocação do objeto contido neste termo de referência, desde que previamente autorizada pela Administração;

5 – DA VISTORIA DOS VEÍCULOS:

5.1. A Administração Municipal designará o **SR. JACKSON CRISÓSTOMO DOS SANTOS**, Secretário de Educação para vistoriar a frota da contratada, podendo contar com apoio técnico de terceiros, com a finalidade de avaliar e verificar:

- Comprovação de regularidade dos veículos. Os veículos deverão estar com a documentação em dia, comprovada através da apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV;
- Situação dos sistemas de suspensão, direção e freios;
- Revisão visual externa: faróis, pisca-pisca, lanternas, estado de conservação, calibragem dos pneus, limpadores de para-brisas, entre outros;
- Revisão Interna: luzes e instrumentos do painel, bancos, extintores, cintos de segurança, higiene, etc;

Folha 422Rubrica AR

**ESTADO DE SEGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

- Dístico escolar; pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira do veículo, com dístico escolar em preto;
- Existência de Tacógrafo;
- Cintos de segurança em número igual à lotação do veículo;
- Os veículos não poderão ter mais de 10 (dez) anos de uso, levando-se em consideração, para tanto, a data do seu primeiro licenciamento.

6 – DAS EXIGÊNCIAS

6.1 – Os preços deverão ser apresentados com o uso de até 02 (duas) casas decimais.

7 – DOS SERVIÇOS

7.1 – O serviço, objeto deste Termo de Referência, será executado por rotas definidas pelo contratante, de acordo com as necessidades do Município de Aquidabã, cabendo à contratante arcar apenas com o pagamento das rotas efetivamente solicitadas pela mesma e disponibilizadas pela contratada.

8 - ROTAS PARA TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Objetivo: Transporte Escolar gratuito de Estudantes do ensino fundamental, médio e da educação infantil (200 dias letivos)

Obs: A contratante só pagará à contratada a quilometragem correspondente aos itinerários licitados (ponto de partida/roteiro/destino final) e efetivamente utilizados pelo Município de Aquidabã, não sendo este obrigado a utilizar todas as rotas previstas neste termo de referência.

ITEM	TIPO DO VEÍCULO	QUANT. DE ALUNOS ATENDIDOS	ROTEIRO	KM/DIA	DIAS LETIVOS	KM/ANO	VL. UNIT. (km)	VL. TOTAL
2	Ônibus	40	SEDE, POVOADO JUREMA, ASSENTAMENTO JOSÉ FÉLIX DE SÁ, TAPUIO, ARRANHENTO, MOITA REDONDA, CORRE QUATRO, DERRADEIRO CAMPO, SACO DE AREIA, SEDE. TURNOS: TARDE E NOITE.	110	200	22.000	5,80	127.600,00
4	Ônibus	40	POVOADO CRUZ GRANDE, LAGOA DO MATO, CRUZ GRANDE. TURNOS: TARDE E NOITE.	53	200	10.600	7,80	82.680,00
6	Ônibus	40	POVOADO PAPEL DE SANTO ANTÔNIO, POVOADO TABOÇA, POVOADO PAPEL DE SÃO JOSÉ, POVOADO PAPEL DE SANTO	30	200	10.000	8,60	86.000,00

ESTADO DE SEGIPE
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

			ANTÔNIO. TURNOS: TARDE E NOITE.					
9	Ônibus	30	POVOADO SACO DE AREIA, CAJUEIRO DOS POTES, CAPIM DO BOL, VILA REGE, SACO DE AREIA. TURNOS: MANHÃ, TARDE E NOITE.	57	200	11.400	7,50	85.500,00
11	Micro Ônibus	25	POVOADO TAPUIO, ASSENTAMENTO, VILA REGE, ARRANHENTO, TURNOS: MANHÃ, TARDE E NOITE.	83	200	16.600	6,40	106.240,00
12	Van	15	POVOADO CURRALINHO, BRANDÃO, FAZENDA MANOEL MACHADO, JUREMA. TURNOS: MANHÃ, TARDE E NOITE.	50	200	10.000	6,10	61.000,00
13	Ônibus	35	SEDE, POVOADO JUREMA, ASSENTAMENTO TAPUIO, MOITA REDONDA, SACO DE AREIA. TURNOS: TARDE E NOITE.	82	200	16.400	5,90	96.760,00
14	Van	15	POVOADO LAGOINHAS, LAGOA DA VÁRZEA, JUREMA. TURNOS: MANHÃ E NOITE.	50	200	10.000	6,10	61.000,00
TOTAL								706.780,00

Aquidabã (SE) – 05 de Abril de 2022


PREFEITURA DE AQUIDABÃ
Francisco Francimário Rodrigues de Lucena
CONTRATANTE.


REIS TRANSPORTES, LOC. E SERVIÇOS EIRELI
Adilson dos Reis
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- I - Mylena Stefany Andrade Oliveira
- II - Felipe Manoel das Santos Barbosa